

O ASSENTAMENTO LUAR DO SERTÃO NA CIDADE DE ANANÁS – TO: à inclusão das famílias vítimas da escravidão por dívida no bico do papagaio

Gleison Mourão da Silva¹
Alberto Pereira Lopes²

Resumo

O Assentamento Luar do Sertão é resultado da mobilização dos movimentos sociais em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra – CPT que teve um papel fundamental na reorganização dos trabalhadores rurais e na inclusão social diante do estabelecimento das famílias num lugar que lhes pertence na região do Bico do Papagaio. O trabalho tem como objetivo analisar como vivem as famílias vítimas da escravidão por dívida que foram alocadas no assentamento em questão e a importância dos movimentos sociais para as vítimas do trabalho escravo por dívida. Os instrumentos utilizados buscam parâmetros de investigação por meio de leituras e entrevistas com as famílias que nos proporcionaram subsídios para o campo de pesquisa. Assim verificamos que a inclusão das famílias após a consolidação do assentamento beneficiou vinte e oito (28) famílias atualmente assentadas.

Palavras Chave: Assentamento, Escravidão, Trabalhadores.

Introdução

Nesse trabalho buscamos abordar como estão vivendo as famílias que foram regastadas vítimas da escravidão por dívida na região do Bico do Papagaio, onde as mesmas foram alocadas no Assentamento Luar do Sertão, em Ananás – TO, e como se deu o processo de reorganização e inclusão desses trabalhadores de volta a sociedade. Assim buscamos enfatizar como está sendo o convívio dessas famílias após criação do assentamento, e de que forma se deu o processo de criação desse lugar onde beneficiou dezenas de trabalhadores, trazendo dignidade a toda essa gente que tanto sofreram em fazendas sendo vítima da escravidão por dívida.

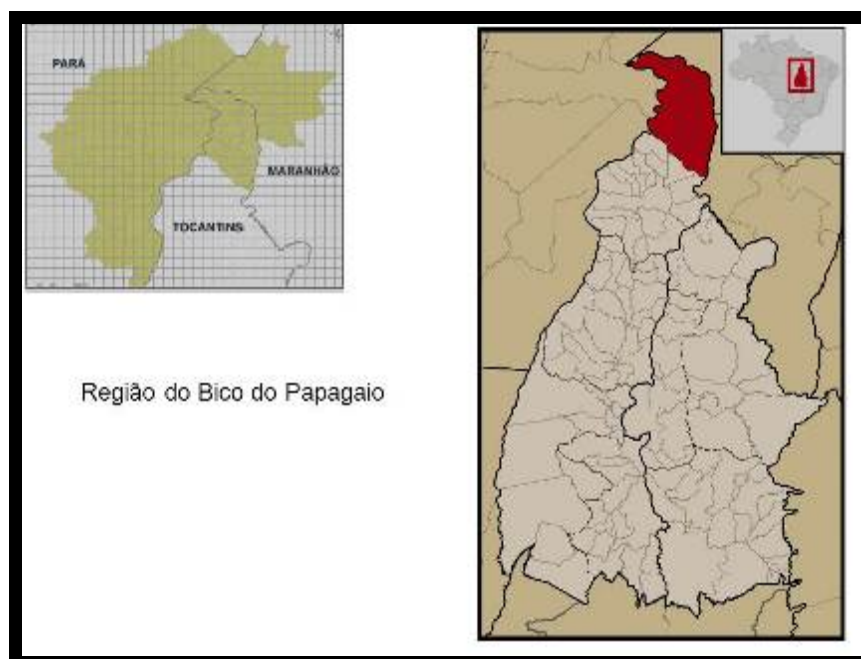
O Tocantins é um dos estados da região norte com maior índice de trabalhadores vítimas da escravidão por dívida. Diante desse quadro, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em parceria com o Centro de Direitos Humanos de Araguaína (CDHA), criou um projeto de

¹ Aluno do curso de Licenciatura em geografia – Campus Araguaína-TO, participa de projeto de iniciação científica – PIBIC/UFT – E-mail: gleisonmourão@hotmail.com

² Professor da Universidade Federal do Tocantins, Doutor em Ciências- Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. E-mail: beto@uft.edu.br

inclusão para receber as famílias vítimas do trabalho escravo. O primeiro passo para a inclusão dos trabalhadores foi à criação de uma horta comunitária, onde foi cedido um local pela a prefeitura de Ananás – TO, para mostrar que seria possível novas alternativas de trabalho em coletividade para o processo produtivo, seja para as famílias se auto-sustentarem como também para vender o excedente. Aquele momento foi uma amostragem do que seria possível para se fazer reforma agrária. A partir desse projeto da horta comunitária, as entidades envolvidas lutaram conjuntamente com os trabalhadores resgatados para a criação de um assentamento rural com o objetivo das famílias não voltarem à reincidência da precarização do trabalho e do trabalho escravo.

A região que corresponde ao Bico do Papagaio tem sido devastada com trabalhadores que são encontrados vítimas da escravidão por dívida, uma vez que essa região é berço do latifúndio. A região está localizada no extremo norte do Estado do Tocantins entre os rios Araguaia e rio Tocantins, fazendo fronteira entre o Estado do Pará, a Oeste, e Maranhão, a Leste, como mostra abaixo.



Mapa 1: Mostra a região do Bico do Papagaio e suas divisas
Fonte: <http://slideplayer.com.br>. Acesso dia 20 de setembro de 2017

Essa região esta inserida na transição geográfica entre o cerrado do Centro-Oeste e a floresta Amazônica, compreendendo 37 municípios ocupando uma área territorial bastante extensa com cerca de 34.751,399 km², que representa 12,51% da área total do estado. Com uma vasta extensão de terra adequada para a agricultura e a pecuária, a região é cercada por

grandes fazendas, atuantes na criação do gado de corte e nas lavouras de soja, milho e arroz, é recentemente está sendo dominada pelas fazendas de eucaliptos. Diante dessa realidade, a disputa pela posse dessa terra tem causado graves conflitos envolvendo fazendeiros e posseiros e principalmente trabalhadores rurais que são aliciados para trabalhar nas fazendas, onde acabam sendo escravizados, como é o caso dos trabalhadores rurais que atualmente se encontram alocados no Assentamento Luar do Sertão.

Dessa maneira, o Assentamento Luar do Sertão é resultado de muita batalha dos trabalhadores rurais e da (CPT) graças às mobilizações, os seminários, as reuniões e, sobretudo, a participação de projetos alternativos como a horta comunitária, desenvolvido pelo Centro de Direitos Humanos de Araguaína (CDHA). É nesse contexto que pesquisamos a luta pela criação e inclusão das famílias no Assentamento Luar do Sertão no município de Ananás – TO

Além de resolver o problema da falta de terra para as famílias, o Assentamento Luar do Sertão teve uma finalidade social ainda maior, que foi assentar trabalhadores rurais e suas famílias que foram resgatados vítimas da escravidão por dívida, destinando-lhes um lugar onde esses pudessem trabalhar para garantir o sustento de seus familiares.

Tivemos como objetivo desse trabalho enfatizar a luta dos trabalhadores rurais, em conjunto com a Comissão da Pastoral pela Terra (CPT) em relação à criação e a inclusão das famílias no Assentamento Luar do Sertão no município de Ananás. Dessa forma discutiremos a prevenção das instituições no combate ao trabalho e a construção de projetos de inclusão dos trabalhadores no assentamento, como também a produção desses trabalhadores no assentamento, bem como sua moradia, seu cotidiano fazendo uma correlação do antes e depois da criação desse lugar, como vivem e como viviam essas famílias.

Instrumentos Metodológicos

Os instrumentos utilizados na pesquisa para obtermos os resultados previstos, visam estabelecer parâmetros de investigação por meio das técnicas que irão fornecer elementos para o campo de interesse. O primeiro passo foi à pesquisa bibliográfica sobre o tema em estudo, o que permitiu meios para explorar e buscar novas abordagens ao embasamento teórico e histórico em relação ao problema levantado. As fontes bibliográficas serviram como base teórica na ótica do tema em estudo partindo de periódicos, livros, teses, dissertações,

publicações avulsas, endereços eletrônicos etc, que trouxeram estudos sobre questão agrária e fundiária, os conflitos no campo, a reforma agrária, a criação de novos assentamentos, o trabalho escravo contemporâneo, as relações capitalistas e não capitalistas de produção no campo etc, que permitiram trazer base teórica pertinente ao objeto do trabalho, para chegarmos a um resultado consistente. Assim trabalhamos com autores como; Lopes (2009), Campos (2004), Figueira (2004), Martins (1997).

Para chegarmos aos resultados realizamos coleta de dados no campo por meio de observação direta e intensiva, entrevista com os moradores, e também com os integrantes da Comissão Pastoral pela Terra. Este instrumento de pesquisa nos trouxe a coleta de informações contidas na vida pessoal dos informantes, a suas trajetórias de experiência vivida no trabalho. Estes são os procedimentos que trouxeram as respostas necessárias às questões investigadas, a luz do conhecimento científico.

O trabalho escravo contemporâneo no Tocantins

Na última década o número de trabalho escravo por dívida em todo o estado do Tocantins tem sido bastante significativo, de modo particular, na região correspondente ao Bico do Papagaio à presença de trabalhadores sendo escravizados em fazendas da região o qual torna o estado inserido dentro de um dos piores índices de trabalhadores vítimas da escravidão por dívida nos países, segundo a CPT (2015).

Quando discutimos sobre o trabalho escravo, já nos vem à cabeça a cor negra, as senzalas, os escravos vindos da África, as fazendas de café, as minas de ouro, que corresponde ao trabalho escravo durante o período colonial. No entanto, o trabalho escravo está muito presente nos dias atuais com novas abordagens através do trabalho escravo contemporâneo que se subdivide em: trabalho escravo por dívida, trabalho degradante, trabalho forçado, precarização do trabalho.

A palavra escravo sempre esteve diretamente ligada “a mão de obra gratuita” para os donos dos meios de produção, seja ela no período colonial, e se estendendo até hoje com a escravidão contemporânea em pleno século XXI.

Isso acontece por muitos motivos entre eles o fato dos trabalhadores rurais possuírem baixa escolaridade, a ausência de políticas públicas voltadas a atender as pessoas mais carentes, falta de qualificação profissional, falta de experiências fora do campo, tudo isso são

formas agravantes para que as pessoas sejam facilmente iludidas com falsas promessas de empregos em determinadas fazendas, muitas vezes a centenas de quilômetros de distancia de seu local de origem.

As famílias são dependentes de pequenas rendas ou bicos, e é justamente este trabalhador que parte em busca de um trabalho melhor que garanta uma melhoria de vida a seus dependentes. Entretanto, esses trabalhadores acabam sendo escravizados, ficando em condições extremamente complicada na qual impossibilita a ajuda de sobrevivência de seus parentes que ficaram a sua espera. O trabalhador fica escravizado numa situação sem saída, fica preso por uma dívida com o dono da fazenda e com o passar dos dias só aumenta. Essa é a triste realidade em que encontramos no meio de algumas famílias que hoje estão no Assentamento Luar do Sertão.

Um fator determinante para a configuração do trabalho escravo está nas condições de trabalho que assemelha ao de escravo, entre esses fatores o cerceamento da liberdade, o local de trabalho é na maioria das vezes de difícil acesso, além de sofrerem diariamente ameaças a sua integridade física, e ameaças em relação suas famílias. É importante apontarmos que ao chegar às fazendas os trabalhadores relatam que tinham seus documentos pessoais retidos, principalmente, suas carteiras de trabalho com a desculpa que seria assinada. Essa é mais uma das formas de coerção adotada pelos fazendeiros que utilizam desse mecanismo para evitar que o trabalhador deixe a fazenda. Desse modo Lopes aponta que:

O trabalhador aliciado encontra – se preso ás armadilhas do aliciador. Todas as formas de trapaça são aplicadas para lhe garantir o dinheiro do trabalho não pago. Assim, ganha o fazendeiro com a mão de obra do trabalhador e ganha o aliciador, que fica com o dinheiro que deveria ser pago ao trabalhador. Nessa cadeia da escravidão, o trabalhador perde pelo tempo de serviço, pela sua força de trabalho e pelo valor que não lhe é pago. O trabalhador se submete ao retorno, como ele mesmo explica, porque precisa. Assim define por que é chamado para trabalhar. (LOPES, 2009, p. 236).

As condições de vida desses trabalhadores são muito precárias, lhes falta tudo água encanada, energia elétrica produtos de higiene pessoal, depois de um dia exaustivo de trabalho pesado no cabo da enxada, da foice. Fazendo cercas, derrubando matas para fazer arados, a luz da vela e das lamparinas são as únicas utilizadas para iluminar os barracos muitos deles feito de taboas, lona, palha, e adobe utilizados para dormirem, como mostra abaixo.



Foto 1: barraco utilizado como moradia por trabalhadores resgatados no Tocantins
 Fonte: <http://agenciabrasil.etc.com.br>. Acesso: dia 20 de Setembro de 2017.

No Tocantins, a relação de peonagem com as forças produtivas se define pelo processo degradante da condição humana, da submissão de um para o outro, devido á falta de emprego, de educação e de uma reforma agrária que inclua o trabalhador na sociedade por meio de políticas públicas, destinadas á melhoria das famílias assentadas, para que estas não se tornem os migrantes sem destino e sem direção, criando condição do trabalho escravo por dívida como confirma Lopes (2009).

Dessa maneira, o Assentamento Luar do Sertão é resultado de muita batalha dos trabalhadores rurais e da Comissão Pastoral da Terra - CPT graças ás mobilizações, os seminários, as reuniões e, sobretudo a participação de projetos alternativos como a horta comunitária, desenvolvido pelo Centro de Direitos Humanos de Araguaína para inclusão dos trabalhadores resgatados, onde posteriormente resultou na criação de um lugar em que todos tivessem direitos como: moradia, escola, produção e saúde. É nesse contexto que pesquisamos a luta e o resultado da formação do Assentamento Luar do Sertão no município de Ananás-TO. Lopes aponta que:

O papel que vêm assumindo algumas entidades, como CPT e CDHA, mostra o quanto o Estado é falho na organização e distribuição de políticas publicas, diríamos lento e sem vontade política em não resolver a estrutura fundiária, permanecendo o desmando e a expansão do latifúndio. (LOPES, 2009, p 261)

A horta comunitária desenvolvida pelo CDHA teve um papel muito importante para essas famílias, pois foi à primeira forma de inclusão dessas pessoas que atualmente vivem no

assentamento. No entanto, o projeto era limitado devido o tamanho da área, além de ser uma amostragem do que poderia ser necessário para retirar o trabalhador da reincidência do trabalho escravo, como mostra a Foto 2.



Foto 2: mostra a horta comunitária, primeira forma de inclusão das famílias
 Fonte: <https://sistemas.uft.edu.br>. Acesso 20 de Setembro 2017

A criação do assentamento que teve como objetivo receber essas famílias que foram resgatadas vítimas da escravidão por dívida, que estavam trabalhando na horta comunitária que devido ao grande quantitativo de pessoas não estavam conseguindo tirar o sustento de todas as famílias apenas com o plantio de hortaliças, e precisavam de uma área maior para diversificar e expandir suas produções. Segundo Lopes aponta que:

A pequena experiência do CDHA mostra o quanto é importante inserir o trabalhador vítima da opressão em trabalhos alternativos, um trabalhador que tem sido alvo de práticas abusivas por proprietários de terras. O projeto do CDHA serve de exemplo para que as autoridades vejam a reforma agrária como uma solução para extinguir a cadeia da escravidão. (LOPES, 2009, p 261)

Os assentamentos no Brasil não são pensados de modo para que haja desenvolvimento rural, mas sim como um atenuante para conter as violências e os conflitos sociais no campo, principalmente após os anos de 1980. O Assentamento Luar do Sertão não se inseriu apenas no programa de reforma agrária, via desapropriação de terra por interesse social, mas sim numa política assistencial para se livrar de graves problemas, como a escravidão por dívida e a grande concentração da propriedade.

A consolidação do assentamento luar do sertão

O Assentamento Luar do Sertão consolida sua criação no dia 05/12/2011, após publicação no Diário Oficial da União, segundo a PORTARIA INCRA SR – 26/ Nº 47. Criado no município de Ananás- TO, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), graças às lutas dos movimentos sociais, como a Comissão Pastoral da Terra e o Centro de Direitos Humanos de Araguaína juntamente com os trabalhadores vítimas da escravidão por dívida da região do Bico do Papagaio.

O Assentamento Luar do Sertão atualmente conta com vinte e oito famílias assentadas na qual cada família recebeu um lote com seis (6) alqueires, para viabilizar o processo de produção agrícola e reprodução social. Essas famílias vivem do plantio de mandioca, feijão, milho, banana, legumes, frutas, verduras e hortaliças, e criam animais como galinha, porco, patos, que são utilizados para o consumo, e os excedentes são vendidos na cidade de Ananás.

Todas essas famílias são pessoas que sempre trabalharam com a terra, mas nunca tiveram a oportunidade de trabalhar para si mesmo. Com a criação do assentamento essas pessoas tiveram a liberdade de trabalhar na terra como lugar que os pertence, fazendo com que os mesmos possam construir sua própria carga horária de trabalho de acordo com a demanda na produção de cada lote, criando assim perspectivas para o aumento de sua produção consequentemente melhorando suas condições de vida, quanto mais trabalham e produzem, maior será sua renda na colheita. Dessa forma, os assentamentos “é inegável, no entanto que há nos assentamentos uma considerável melhoria na qualidade de vida dos seus participantes.” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p.54).

O assentamento dispõe de uma associação que representa essas famílias na qual lutam simultaneamente pelo o melhoramento de produção buscando recursos para o assentamento, como um curso de apicultura que foi ministrado aos moradores, o melhoramento da estrada que dá acesso ao local, o ônibus escolar que todos os dias buscam os alunos para levar até a escola, um caminhão fornecido pela prefeitura que vai duas vezes por mês buscar as mercadorias excedentes para que esses pequenos produtores possam vender na cidade.

Diante da conquista da terra, os assentados são desafiados na organização do espaço, na perspectiva de melhorias no processo produtivo e nas relações sociais. A criação da associação de trabalhadores facilita a integração das famílias na perspectiva do processo produtivo e da política de melhoria para os assentados. Segundo Bergamasco e Norder:

As associações facilitam o contato entre os assentados e as instituições públicas e privadas relacionadas à produção agropecuária, como bancos, agroindústrias, agências governamentais, centros consumidores, fornecedores de equipamentos e insumos etc. (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p.59).

A produção das famílias assentadas é pequena por isso não nos atentamos para colocar em gráficos, pois a agricultura praticada no assentamento é familiar de subsistência resumindo-se em poucas quantidades, utilizadas prioritariamente no combate a fome dessas famílias. Usando como lógica a produção camponesa de alimentos para o abastecimento dos seus grupos familiares, e a única venda praticada que ocorre é do excedente para comprar algo que eles não os produzem.

Praticamente todas as famílias reservam um pedaço de terra, dos seus lotes para o plantio de mandioca, pois é um tubérculo que tem facilidade de produção devido às características da própria terra que é arenosa. Da mandioca se extrai vários outros produtos que são bastante consumidos pelas famílias como a farinha, o polvilho e a farinha de pulpa, como mostra a Foto 3.



Foto 3: Mostra o plantio de mandioca de uma família assentada
Fonte: Gleison Mourão, Setembro 2016.

A Foto 3 mostra o plantio da mandioca, onde a mesma já estar enraizada, estando quase no ponto para ser colhida, observa-se que solo já foi limpo, o que facilita o manejo na hora de extraí-la. O principal problema é que o assentamento ainda não conta com uma casa de farinha, local onde é feito todo o processamento desse alimento que vai desde o descasco até o processo de torragem, e em seguida o ensacamento do produto final. Devido à falta de estrutura, isso acaba dificultando um pouco mais o processo de produção. Nesse sentido, é

necessário que após o cultivo do tubérculo no campo seja levado até uma casa de farinha mais próxima, o que acaba encarecendo um pouco mais o produto tendo como consequência a diminuição no lucro final das famílias.

A maioria das famílias que atualmente vivem no assentamento já trabalharam juntas na horta comunitária e agora moram todas próximas umas das outras fazendo com que trabalhem em coletividade são pessoas que tem laços de amizade e companheirismo e compartilham a mesma luta, que a felicidade de cultivarem seus produtos em terras próprias.

A estrutura das casas onde as famílias assentadas moram é precária, isto devido às dificuldades financeiras enfrentadas pelos trabalhadores, os mesmos não conseguiram construir uma moradia mais digna para suas famílias. As famílias estão na perspectiva de receber uma parcela paga em dinheiro que ajudaria na construção das residências, em quanto isso não acontece seguem morando em casas simples como mostra a Foto 4.



Foto 4: Residência das famílias no Assentamento Luar do Sertão.
Fonte: Gleison Mourão, Setembro 2016.

Na última visita feita ao assentamento, podemos observar a perspectiva dos moradores em relação ao futuro que almejam, onde buscam melhorias na qualidade de vida, principalmente em relação as suas moradias que atualmente se encontram em casa de madeira coberta de palha, como mostra a Foto 4. Portanto, os moradores necessitam dos proventos advindos das políticas públicas que devem ser disponibilizadas pelo Estado que diretamente contribuem para a melhoria das condições de vida desses trabalhadores. É indispensável que as necessidades básicas que são fundamentais para a manutenção da qualidade de vida dos

trabalhadores assentados sejam atendidas, elas são essenciais para que possam continuar na luta para mudar suas vidas.

Quando nos referimos em termos estruturais o assentamento em questão deixa muito a desejar, e esse é um dos principais fatores relacionados negativamente pelas famílias assentadas. Estes sofrem com a falta de um posto de saúde, de escolas, com maquinários que ajudariam no processamento da terra, água tratada, projetos de irrigação para o cultivo, a falta desses empreendimentos impede no desenvolvimento das famílias que estão no campo, às vezes por motivos simples não conseguem chegar a excelência na execução de suas atividades.

Considerações Finais

No trabalho de pesquisa ficou comprovado que os assentamentos em sua maioria são frutos, ou melhor, são resultados das intensas lutas travadas por trabalhadores rurais que visam o reordenamento do uso da terra onde os mesmos possam se fixar no campo, buscando condições de inclusão no meio rural de forma adequada para que possam se organizar como trabalhadores rurais, e deixem de serem explorados e até mesmos escravizados como é caso de alguns dos assentados do Assentamento Luar do Sertão em Ananás-TO explorados por grandes fazendeiros que visam apenas obter grandes vantagens e maior lucro nem que para isso muitos trabalhadores tenham que perder sua liberdade.

E perceptível o avanço que as famílias tiveram após sua vinda para o Assentamento Luar do Sertão, como a liberdade de trabalhar em terras próprias, em que são conscientes que todo suor derramado durante um dia de trabalho no campo será revestido em seu próprio benéfico, bem diferente das fazendas onde eram explorados sofrendo diversos tipos de maus tratos. Os avanços são significativos em relação às novas relações estabelecidas entre os assentados no qual não se restringe ao patrão e empregado, mas sim como trabalhadores que lutam com os mesmos objetivos de trabalhar na terra para garantir um futuro melhor para suas famílias.

O Assentamento Luar do Sertão teve uma finalidade social ainda maior em relação à reforma agrária, que foi incluir os trabalhadores e suas famílias resgatados vítimas da escravidão por dívida na região do bico do papagaio de volta a sociedade destinando-lhes um lugar onde esses possam trabalhar e se estabelecer para garantir o sustento de seus familiares.

Referências Bibliográficas

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luis A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **II Plano Nacional para Erradicação do trabalho Escravo**. Brasília, SEDH, 2008

CAMPOS, M. G. A política nacional para erradicação do trabalho escravo. In: Brasil. Direitos Humanos no Brasil 2004, **Relatório da rede social de justiça e direitos humanos**. São Paulo, 2004.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de Conflitos no Campo – Brasil 2015**. [Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade – Goiânia]: CPT Nacional, 2015. p 240.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Dossiê do Trabalho Escravo no Tocantins**. Setembro, de 2011.

LOPES, A. P. **Escravidão por dívida no norte do estado do Tocantins: vidas fora do compasso**. 2009. 315f. Tese. (Doutorado em Ciências Humanas). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo. 2009.

MEDEIROS; LEITE. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Organizado por Leoneilde Servolo de Medeiros e Sergio Leite. – Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Ed. Universidade/ UFRGS/ CPDA, 1999, p 279.